

Romanos e Germânicos: **Lutas, Guerras, Rivalidades na Antigüidade Tardia**

Professor Titular Pedro Paulo A Funari

Departamento de História, NEE
IFCH / UNICAMP
ppfunari@uol.com.br

e

Prof. Ms. Claudio Umpierre Carlan

Doutorando em História, NEE
UNICAMP
claudiocarlan@yahoo.com.br

Resumo

O artigo começa com uma discussão das questões teóricas relativas ao estudo das identidades no mundo antigo. Após uma discussão da teoria social e de diferentes modelos interpretativos, enfatiza-se a importância do uso de uma variedade de fontes: literárias, iconográficas, arqueológicas. Usando um importante material numismático do acervo do Museu Histórico Nacional, referente ao contato tardio entre romanos e germanos, o artigo conclui ao mostrar a relação complexa entre ambos.

Palavras-chave: numismática, romanos, germanos, Antigüidade Tardia.

Abstract

This paper starts with a discussion of the theoretical issues related to the study of identity in ancient world. Then, after introducing a discussion of social theory and different interpretive standpoints, this paper emphasises the importance of using a variety of sources: literary, iconographic and archaeological. By using an important numismatic material kept in the National Historical Museum, which refers to the contacts between Romans and Germans in Late Antiquity, this paper shows the complexity of such relationship.

Keywords: numismatics, Romans, Germans, Late Antiquity

INTRODUÇÃO: ARQUEOLOGIA E INTERPRETAÇÃO

Nos últimos anos, os estudiosos têm demonstrado interesse crescente em explorar o uso da cultura material para estudar identidades e conflitos, assim como na maneira como a interpretação do passado é construída pelas concepções modernas. Conflitos no passado e na sua interpretação constituem preocupações cada vez mais atuais. A sociedade caracteriza-se, sempre, pelo conflito e, a partir de uma epistemologia dialética, a experiência dos povos do passado é considerada como parte de um confronto constante entre atores sociais. A História das sociedades divididas por classes implica o estudo da apropriação de excedentes, assim como da exploração que engendra conflitos abertos e contradições internas na sociedade e das forças de dominação e resistência. A interpretação desses conflitos é maleável e subjetiva e podemos interpretar o passado como um conjunto de textos complexos, formando um discurso. O estudo de grupos identitários, como romanos e germanos, já mesclados no Império, mas também em conflito, constitui um tema particularmente fascinante.

Se conflito e subjetividade fazem parte tanto da evidência quanto de sua interpretação, é inevitável a multiplicidade de interpretações e não se pode evitar tomar posições. Há diferentes maneiras de conhecer o passado e devemos afrontar a questão de quem pode saber e de quem pode participar no processo de invenção e ressignificação do passado. Neste contexto, trataremos, neste artigo, de romanos e germanos, a partir de um aspecto do mundo material e estético: as moedas. O estudo da cultura material, ou Arqueologia, pode ser um poderoso instrumento na análise das identidades sociais.

DOCUMENTOS, CULTURA MATERIAL E CONFLITOS

Quando se busca descrever e interpretar as culturas do passado, convém incorporar o estudo tanto de textos como de artefatos. Os dados textuais e materiais podem ser encarados como interdependentes, complementares e contraditórios, *ao mesmo tempo*. Neste contexto, para lidar com a tarefa de interpretar o conflito no interior da sociedade impõe-se uma abordagem interdisciplinar que combine análise textual com aportes sociológicos e antropológicos, entre outros.

O conflito tem sido, tradicionalmente, interpretado pelos grupos sociais dominantes. Até a década de 1960, os arqueólogos voltavam-se quase que de forma exclusiva para os ricos e famosos, o que contribuía para a manutenção e reforço de ideologias conservadoras. Gradualmente, os arqueólogos começaram a seguir seus colegas nas ciências humanas e sociais em seu estudo dos grupos subordinados e o estudo das evidências materiais dos grupos subalternos permitiu um acesso mais amplo aos grupos sociais pouco representados no registro escrito. Ainda que alguns estudiosos com pouco conhecimento da cultura material tenham questionado abertamente a capacidade de a Arqueologia poder contribuir para o conhecimento do passado, diversos livros e artigos publicados nos últimos anos confirmaram que a evidência material é de particular importância para a compreensão da complexidade dos conflitos sociais.

Como interpretar o conflito social depende, de maneira direta, de como se entende a própria sociedade, interpretada pelos estudiosos, tradicionalmente, como entidades homogêneas e bem delimitadas. Esta noção, no estudo da cultura material, deriva da definição clássica criada por Vere Gordon Childe: *“a cultura é uma herança social; corresponde a uma comunidade que compartilha instituições e modo de vida*

comuns [ênfase acrescentada]” (Childe 1956: 56). Esta definição implica harmonia e unidade no interior da sociedade, um compartilhar de interesses e, portanto, a ausência do conflito. As raízes desta compreensão da vida social encontram-se, em grande parte, em Aristóteles e sua definição de sociedade como *koinonia*, ou seja, como uma parceria (cf. Aristóteles, *Política* 1252^a7). Compartilhar valores em uma cultura homogênea significa aceitar características e tradições comuns a todos (cf. Aristóteles, *Política* 1328a 21).

A generalização, portanto, implica homogeneização e observa-se uma crescente insatisfação com o uso de abordagens normativas na interpretação da vida social. A natureza holística, monolítica de culturas e sociedades tem sido questionada tanto por estudos empíricos como teóricos, nas últimas décadas. Homogeneidade, ordem e limites têm sido associados ao pressuposto *a priori* que a estabilidade caracteriza as sociedades, antes que o conflito, uma concepção claramente conservadora e a histórica, considerando, por exemplo, que todos os católicos são, foram e serão supersticiosos ou que os africanos são, foram e serão gregários. No entanto, um número crescente de dados e um estudo crítico do pensamento social têm desafiado este ponto de vista tradicional, passando a considerar a sociedade como heterogênea, com construções conflitantes sobre identidade cultural.

Heterogeneidade, fluidez e mudanças contínuas implicam a existência de múltiplas entidades sociais, sempre em mutação na sociedade. A Arqueologia tem uma longa tradição de identificar identidades étnicas por meio da evidência material, relacionando, de forma direta, cultura material, raça e língua. Esta identificação funda-se em uma compreensão normativa e homogeneizadora da cultura e vindo sendo, por isso, posta em questão por estudos de diferentes enfoques. Pesquisas étno-arqueológicas têm mostrado que traços, artefatos ou atributos culturais são, com frequência, indicadores imperfeitos de afiliação étnica e a própria noção de relação fixa, um a um, entre tipos específicos de cultura material e uma identidade particular tem sido questionada. A cultura material não pode, portanto, ser considerada como um indicador direto de um grupo étnico (Funari, Zarakin e Stovel 2005). É neste contexto teórico que este artigo trata de romanos e germanos, em interação. Além disso, no estudo de caso, apresentamos moedas do acervo do Museu Histórico Nacional, de modo a valorizar um importante patrimônio, ainda pouco conhecido (Funari e Carlan 2006).

BÁRBAROS GERMÂNICOS: INVASORES OU ALIADOS?

A definição, etnocêntrica e eurocêntrica bem verdade, greco-romana da palavra “bárbaro”, é desde cedo ensinada nos cursos escolares: *povos que não falavam o latim ou o grego, viviam fora dos limites do Império Romano*. Essa definição sobreviveu os séculos. Os iluministas a fortaleceram ainda mais, pois foi graças a esses povos que o esplendor da civilização clássica desapareceu, dando início à, então chamada, ‘Idade das Trevas’¹.

A divisão realizada no século XVIII dos principais povos ditos “bárbaros” separava-os grupos lingüísticos ou supostamente culturais, tais como germânicos (francos, godos (ostrogodos e visigodos), anglos, saxões, burgúndios, teutônicos, lombardos, suevos, alamanos, vândalos entre outros), eslavos (russos, poloneses, bósnios, etc), tártaros-mongóis (hunos, turcos, etc). Desses grupos o que mais influenciou a Europa Ocidental e, conseqüentemente, a nós mesmos, foi o grupo germânico; mais precisamente o visigodo, através da presença ibérica na formação do Brasil. É preciso, porém, destacar que os povos germânicos não tinham uma identidade

comum. Possuíam eles seu próprio dialeto, costumes, sendo semi-nômades em sua maioria. Procuravam novas terras ou, na grande maioria, fugiam de outros grupos considerados mais perigosos (para os romanos violentos).

No final do século II d.C., começam a se introduzir no Império. Aproveitam a anarquia do século III para se fixarem, como convidados. A falta de legionários, aliada à capacidade militar dos germânicos, fez com que fossem eles aproveitados nas legiões como federados. Inicialmente comandados por oficiais romanos, mais tarde pelos seus próprios chefes. Diocleciano, durante a tetrarquia irá usar desse expediente, principalmente para proteção dos *limites*². Já na segunda metade do século IV chefes “bárbaros” tem ativa participação na política romana. Exemplo claro disso foi a presença de Estilicão na corte de Teodósio I.

Mas essa relação nunca foi pacífica. Abandonados à própria sorte, tendo de lidar com a corrupção dos representantes imperiais e temendo outros invasores (principalmente os hunos), os germanos voltam suas ações contra Roma. Quando tomam conhecimento da fragilidade do Império partem para o ataque, sitiando e saqueando a intocável “Cidade Eterna”³.

EXÉRCITO ROMANO, OS “BÁRBAROS” E O MUNDO DO SÉCULO IV d.C.

Sucedendo a um longo período de crise e anarquia militar, os imperadores membros da tetrarquia, procuraram realizar as mais variadas reformas administrativas. A energia dos governantes ilírios⁴ livrou o império da invasão e da revolução anárquica. O mais dotado para a administração, Diocleciano, estendeu e retomou essas medidas durante pelo menos uma dezena de anos, antes de sistematizar uma obra que foi, ainda, completada por Constantino. Os perigos externos, tanto dos povos “bárbaros” como dos persas sassânidas, era uma das principais preocupações dessa época. Mas não podemos esquecer que a função do exército, mais do que se defender de ataques externos ao Império consistia em reprimir a dissidência interna, pois era sua presença que garantia o poder romano no interior das fronteiras do Império (Funari 2002: 93).

Na tentativa de restaurar as fronteiras, Diocleciano cria 12 dioceses, dirigida por um vigário, ligadas politicamente a quatro prefeitos pretorianos, encarregados da parte militar; e quatro governantes, responsáveis pela administração. Assim o imperador consegue facilitar o sistema de defesa, reduzindo a gravidade da “guerra em duas frentes”. O efetivo do exército aumenta de 450 para 500 mil soldados e as legiões são compostas por 5 mil legionários (Ferril 1989: 36). Ocorre uma variação tática: são incorporados lanceiros de cavalaria (*lanciarri*), companheiros (*comitês*), infantes (*ioviani* e *herculiani*).

Segundo Zóximo, Constantino retira essas forças fronteiriças, ampliando o exército móvel para 10 mil elementos. Enfraquecendo a já debilitada posição (Zosime 1971: 112). Os tamanhos do exército móveis são desconhecidos, mas a estimativa é de 110 a 120 mil homens, sem incluir a África. Boa parte dessas tropas era composta por povos germânicos, chefiados pelos comandantes provinciais, os *duces*, subordinados ao general tarimbeiro, *comes*.⁵

Constantino também reduz o número das legiões para mil legionários, dissolve os pretorianos, mantém a logística Diocleciana de taxaço em espécie. São criados os guardas imperiais especiais, *scholae palatinae*.

As tropas romanas atravessaram o Reno e o Danúbio, ao longo de cujos cursos se reconstruía uma sólida defesa. Tanto que as melhores representações das numárias romanas sobre as fortificações são, respectivamente, as de Constantino, portas de Trêves (Trier) contidas nas moedas de um sólido (Fig. 1), e a de seu filho e sucessor, Constâncio II (Carlan 2003: 22). Da época deste último, há dezessete peças no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, que reproduzem a imagem de uma fortaleza ou campo militar. Essas fortalezas teriam de ser solidamente construídas, mas não fortemente defendidas, para evitar a perda de efetivo.

Com a evolução da situação política, fica praticamente impossível para o exército romano manter a ofensiva. Para isso, os imperadores tratam de fortificar as cidades aumentando o número de soldados e reserva de defesa. Mudando a organização interna das legiões, nos períodos anteriores o aumento de efetivo ocorria apenas durante as campanhas. Durante o século IV cada vez mais os mercenários bárbaros são incorporados ao exército romano (Depeyrot 1987: 44).

A riqueza iconográfica dessa fase é muito bem representada nas medalhas e moedas romanas, ocorrendo uma exaltação à pessoa, na figura do monarca, na própria política real (Nieto Soria 1993: 17-18). Uma espécie de propaganda, de comunicação, de que todos os habitantes do vasto Império Romano tomariam conhecimento, através da visualização das peças, legitimando o poder temporal. Isto também explica as várias cidades, espalhadas por todo o território, onde tal cunhagem era feita.

A experiência vinha provando quão insuficiente era o antigo exército, bem como sua inadaptação às novas condições da guerra, agora impostas pelos adversários. Assim sendo, o exército foi aumentado e, ao mesmo tempo, alterada a sua estrutura. O ideal romano continua sendo o do Estado estabilizado, visando à proteção da totalidade do território. Depois das lutas vencidas pelo então César Juliano, restabelecendo as fronteiras ao longo do Reno e do Danúbio contra os alamanos, começa a ser realizada uma obra sistemática e de suma importância, sobretudo no tempo de Valentiniano I. Sem voltar ao método dos entrincheiramentos contínuos, multiplicam-se, em relação com as estradas e os rios, as torres, os fortins, os castelos e os campos, seguindo uma técnica que o contato com os persas torna mais apurada: padrões orientais são transferidos para o Ocidente. Do mesmo modo, mantêm-se e aperfeiçoam-se as muralhas urbanas: perante os bárbaros, dotados de rudimentares técnicas bélicas de assédio, as cidades constituem redutos quase inexpugnáveis.

Outra questão importante é a chamada “barbarização” do império. Os numerosos cativos e grupos étnicos que pedem asilo são instalados em território romano, a fim de repovoar e recultivar regiões em que a mão de obra é rara. Trata-se dos chamados letos ou gentios, que a administração deve manter sob vigilância, e cujos filhos são agora obrigados, como filhos de soldados, a entrar no exército. Outros gozam do regime de federados e fornecem contingentes organizados à sua maneira, comandados pelos seus chefes.

Os efetivos da cavalaria aumentam muito, porque a mobilidade torna-se a principal estratégia militar. Como na batalha de Andrinopla, em 378, ganha por uma carga de cavaleiros godos, a qual Ferril afirmou ter sido precursora das táticas medievais (Ferril 1989: 53).



Figura 1 – **Anverso:** *FL IVL CONSTANCIVS NOB C...* busto diademado de Constâncio II à esquerda, com vestes imperiais. **Reverso:** *PROVIDENTIA CAES* fortaleza ou campo militar, com duas torres, representando a preocupação dos imperadores, durante o século IV, com a proteção das fronteiras. Cunhada entre os anos de 325 e 337, em Nicomédia. ©Fotos do autor, publicadas com autorização do MHN.

Havia também o choque, ou até mesmo a rivalidade, entre os conselheiros, de seu “escritórios” burocráticos, e, às vezes, entre as populações. A ação militar, que pressupõe unidade de comando, estava cindida, retardada ou precipitada, por ignorância ou mesquinha da parte de homens desejosos de triunfar sozinhos. Valente deu combate aos godos, seguindo o conselho do seu comandante-em-chefe, Sebastiano, diante de Andrinópolis, sem esperar a chegada do outro Augusto, que lhe levava reforços. Condenado pelas circunstâncias do sistema colegial, o Baixo Império sofria os seus inconvenientes.

Durante esse período, os imperadores empenham-se em anular o privilégio de sangue, ou seja, os antigos líderes senatoriais são afastados dos comandos das legiões; o que Constantino consegue durante o seu governo, separando as funções civis das militares. A principal conquista social do século III mantém-se no século IV, isto é, a atribuição dos postos e a própria promoção baseadas, entre outras coisas, no mérito. Essa mudança foi influenciada principalmente pela necessidade de ser mantida a ordem política, pois se temia que a ambição da classe senatorial incentivasse a tropa contra o governante. Isso leva Constâncio II a nomear apenas um único oficial para o comando da infantaria e da cavalaria, no Oriente, *o magister equitum et peditum per Orientem*.

Os imperadores continuam sendo aclamados pelas tropas e, no século IV, se não levam seus deveres militares a sério, seu poder é efêmero. Muitas vezes, como nos casos de Juliano e Valentiniano I, devem a proclamação às provas previamente dadas de seu valor militar e não se afastam do exército, participam das expedições e arriscam a vida, no caso de Juliano contra os persas, perdendo-a.

No ano de 350, quando Magnêncio é aclamado imperador, Constâncio leva um rei alamanco a atravessar o Reno, numa manobra para despistar as tropas do usurpador, que iria tentar a sorte na Panônia (atual Hungria ocidental) e na Itália. As dificuldades tendem a aumentar quando todo o nordeste da Gália é invadido. Constâncio é obrigado a associar seu primo Galo ao poder, na função de César. Alguns anos mais tarde, Galo seria acusado de traição, e condenado à morte, numa intriga palaciana realizada pelo eunuco Eusébio, que exercia grande influência sobre as decisões do imperador.

A partir de Constantino (317), começa a haver uma associação dos símbolos pagãos aos cristãos nos reversos monetários (moedas e medalhas). Acreditava-se, erradamente, que os símbolos pagãos iriam sendo, lentamente, substituídos pelos cristãos. Mas, na verdade, ocorre uma mescla. Essa simbologia de divindades romanas está presente em várias cunhagens dos séculos posteriores, inclusive no Brasil, em moedas de 4.000 réis de 1926. E num segundo momento o esquema do imperador vitorioso recebendo a rendição de seus inimigos vencidos; como podemos identificar na moeda (Fig. 2)⁶ cunhada pelo Imperador Constâncio II no ano de 350 em Roma⁷.

Num período em que as legiões romanas preparavam-se para a luta contra os sassânidas, notamos na inscrição da legenda GLORIA ROMANORVM, referente à glória do povo romano. O cavaleiro, o próprio Constâncio, com uma auréola em volta da cabeça, que representa a radiação de luz espiritual. Segundo o “*Dicionário de Símbolos*”, a auréola elíptica, ou auréola em volta da cabeça, prefigura a dos corpos ressuscitados. Trata-se, pois, de uma transfiguração



Figura 2 - AE centenionalis. **Anverso:** DN CONSTANTIVS PF AVG – busto à esquerda, acompanhado do título e nome do imperador. Notamos a presença da letra N ao lado direito do busto. Segurando o globo, símbolo da perfeição e do poder, a esquerda. Em outras amoedações ocorre uma variação no anverso. O busto encontra-se à direita. O Museu Histórico Nacional possui um exemplar desse modelo. **Reverso:** GLORIA ROMANORVM / RT – Imperador representado a cavalo, encouraçado (armadura e lança), derrotando um inimigo suplicante, ajoelhado e com os braços levantados. Existe uma estrela ou fênix (RIC 1983: 263) sobre a cabeça do cavalo. Essa moeda foi cunhada na cidade de Roma, no ano de 350. Peso de 4,53 g; diâmetro 2,5 mm; alto reverso 12 horas. ©Fotos do autor, publicadas com autorização do MHN.

antecipada em corpo glorioso (Chevalier 1997: 100). Nas suas costas, está a letra N (identificada por Cohen e pelo RIC como pertencentes às cunhagens do imperador). À direita, um inimigo sendo derrotado, de joelhos ou caindo de costas, como se estivesse suplicando misericórdia ao ser transpassado por uma lança. O cavalo levanta-se sobre as duas patas traseiras. Chevitarese em seu artigo “*Amuletos, Salomão e Cultura Helenística*”, afirma que a imagem do cavaleiro armado, submetendo o inimigo caído, caracterizava um símbolo natural de Vitória, constituindo um esquema iconográfico por demais conhecido nas culturas helênicas ou que estavam em contato com ela. As evidências materiais, neste caso, numismáticas, tratam de uma sociedade em mudança, caracterizada pelos conflitos e pela construção de identidades, em torno, também, mas não somente, da oposição entre romanos e germanos, já tão integrados no próprio exército.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a André Chevitarese, Vera Lúcia Tostes, Rejane Vieira, Eliane Nery, ao apoio institucional do Núcleo de Estudos Estratégicos, da CAPES e do CNPq.

FONTES

- AMMIEN MARCELLIN. *Histoire*. 24. 3.éd. Paris: J. Fontaine, 1977.
ARISTÓTELES *Política*. Leipzig: Teubner, 1929.
Moedas dos imperadores Diocleciano, Maximiano, Constantino, Constâncio II. Medalheiro de Número 3, gavetas 24, 25, 26; lâminas de 1 a 6. Acervo do Museu Histórico Nacional / RJ.
ZÓSIMO. *Histoire Nouvelle*. III. 18. éd. Paris: F. Paschoud, 1979.

BIBLIOGRAFIA

- CARLAN, Cláudio Umpierre. *As Fortificações e Constâncio II*. In: Revista do Clube da Medalha. Ano XII. N. 24. Rio de Janeiro: Casa da Moeda do Brasil, 2003.
CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 8a. ed. Tradução: Vera Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim, Lúcia Melim. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1994.
CHEVITARESE, André Leonardo. *Amuletos, Salomão e Cultura Helenística*. In: Revista Fragmentos de Cultura. V. 14. n. 7. Goiás: Universidade Católica de Goiás, 2004.
CHILDE, Vere Gordon. *Piecing together the past*. New York: Praeger, 1956.
DEPEYROT, G. *Economie et Numismatique (284-491)*. Paris: Errance, 1987.
FERRIL, Ather. *A Queda do Império Romano*. A explicação militar. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Grécia e Roma. Vida pública e vida privada. Cultura, pensamento e mitologia. Amor e sexualidade*. São Paulo: Contexto, 2002.
FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ZARANKIN, Andrés; STOVEL, Emily (eds). *Global Archaeological Theory*. New York: Kluwer, 2005.
FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CARLAN, Claudio. *Cultura material e numismática*. Campinas: IFCH, 2006.
MATTINGLY, Harold; SUTHERLAND, C.H.V.; CARSON, R.A.G. (eds.) *Roman Imperial Coinage*. London: Spink and Sons Ltda, 1983, Vol. VIII.

NIETO SORIA, Jose Manuel. *Ceremonias de La Realeza. Propaganda y Legitimacion en La Castilla Trastámara*. Madrid: Editorial Nerea, 1993.

NOTAS

¹ Voltaire foi um de seus maiores defensores.

² Essas linhas contínuas e fortificadas localizadas entre Koblenz e Regensburg (Alemanha), foram sendo abandonadas gradativamente pelas legiões, até que, no final do século IV e Início do V, os francos, saxões, burgúndios, alamanos, penetraram no Império.

³ Esse fato ficou tão marcado que a palavra **vândalo**, seus derivados como vandalismo, relativo ao povo que invadiu e queimou Roma, até nossos dias é sinônimo de destruição.

⁴ Diocleciano, Galério e Maximiano, eram naturais da Ilíria, hoje, parte da Europa Oriental.

⁵ Ironicamente em inglês um Duque, *dux* no singular, supera a hierarquia de um conde, *comes*.

⁶ Padrão monetário que entrou em circulação durante o governo de Constâncio II, no Oriente, e Constante, no Ocidente. Mais pesada que as amoedações de Constantino, foi preciso desvalorizá-las. Juliano quando assume o governo restitui-lhes o seu peso primitivo, mas o efeito não durou muito.

⁷ Essa moeda é considerada rara pelos técnicos do Museu Histórico Nacional / RJ. Principalmente pela imagem de anverso.